



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 50/2011**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 17 de Dezembro de 2011

MOÇÃO

Contra o rumo de declínio económico, retrocesso social e exploração

A luta é o caminho

A concretização do pacto de agressão acordado entre FMI, União Europeia, Banco Central Europeu, PS, PSD e CDS, com o apoio do Presidente da República, está a degradar aceleradamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, a afundar o País no plano económico e social e a comprometer o futuro de Portugal. É o que mostram os primeiros meses desde a assinatura do pacto e o processo da sua aplicação, de que é brutal expressão o roubo infame aos trabalhadores e ao povo português que constituem as medidas do Orçamento do Estado para 2012. É um pacto que, em face de uma crise profunda do sistema capitalista, visa preservar e ampliar os lucros e privilégios dos grupos económicos, transferindo para o povo e os trabalhadores as consequências dessa crise. É um pacto que agrava a exploração e desfere rudes golpes em direitos fundamentais e na democracia. Manter este rumo é um crime contra o País e contra o povo português. Rejeitar o pacto de agressão é um imperativo nacional e um acto patriótico e de justiça.

Em resposta ao Pacto de Agressão que está a atingir brutalmente Portugal e os portugueses, a multiplicação e ampliação da luta envolvendo milhões de trabalhadores e outras camadas da população, conheceu no tempo mais recente um grande impulso.

A manifestação dos trabalhadores dos transportes no dia 20 de Outubro e as greves parciais no dia 8 de Novembro; a semana de luta promovida pela CGTP-IN de 19 a 27 de Outubro, onde se registaram acções de natureza diversa por parte dos trabalhadores envolvendo vários sectores e à qual se juntaram as populações de diversos pontos do país em concentrações e manifestações promovidas pelo movimento de utentes em defesa dos serviços públicos e contra as portagens nas SCUT; a grande manifestação da Administração Pública no dia 12 de Novembro convocada pelo plenário de trabalhadores da Frente Comum dos Sindicatos e para a qual convergiram outras organizações; a luta dos estudantes; as acções em defesa do Poder Local Democrático e contra o chamado "Livro Verde" do governo que juntaram milhares de trabalhadores da administração local, eleitos autárquicos e população, entre tantas outras manifestações de descontentamento, marcaram fortemente este período em que se realizou a grandiosa Greve Geral de 24 de Novembro.

A Greve Geral, tendo ganho uma grande abrangência e amplitude, foi um momento maior na história da luta dos trabalhadores e do povo português, uma poderosa resposta à ofensiva em curso que se projectará para diante.

Apesar dos elevados níveis de desemprego e precariedade, a repressão dentro das empresas, a chantagem económica e a pressão ideológica, as tentativas de limitação do livre exercício do direito à greve e acções provocatórias montadas, milhões de trabalhadores, em milhares de empresas e locais de trabalho expressaram no dia 24 de Novembro um combativo Não! ao Pacto de Agressão imposto pelas troikas numa jornada memorável em defesa de um Portugal desenvolvido, soberano e com futuro.

Expressão da intensa luta de classes que se trava no país, a Greve Geral de 24 de Novembro constituiu uma poderosa afirmação de dignidade, combatividade e determinação na resposta dos trabalhadores do sector público e privado, à maior ofensiva desde os tempos do fascismo contra os seus direitos e uma recusa clara ao caminho de desastre nacional que PSD, CDS e PS, no interesse do grande capital nacional e transnacional, querem impor a Portugal.

Também a aprovação do conjunto de medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2012, revela o rumo de declínio, retrocesso e empobrecimento que o Pacto de Agressão subscrito com a União Europeia e o FMI está a impor ao país.

Um Orçamento do Estado de aprofundamento da recessão que dificilmente se ficará por uma quebra de 3% do PIB e do desemprego que, atingindo já hoje mais de um milhão de trabalhadores, poderá agravar-se ainda mais; de roubo aos rendimentos dos trabalhadores, pensionistas e reformados com a imposição dos cortes nos subsídios de férias e de Natal; na redução e eliminação de prestações sociais; no aumento de impostos e dos preços de bens essenciais; de destruição de empresas e serviços públicos e de ataque a funções sociais do Estado, com novos ataques ao Serviço Nacional de Saúde e à Escola Pública; a retirada do direito ao transporte e à mobilidade (designadamente pelo corte dos Passes Sociais); de estrangulamento do Poder Local pela imposição da sua asfixia financeira e da liquidação da sua autonomia; de submissão aos grupos económicos e ao capital financeiro por via do escandaloso favorecimento fiscal; dos apoios directos à banca (agora confirmados com a aprovação da legislação sobre recapitalização e a transferência dos fundos de pensões) e do programa de privatizações; de acentuação da dependência, submissão e ruína nacional de que são expressão os mais de 8.800 milhões de euros de juros a pagarem sobre a dívida pública.

Um Orçamento do Estado que revelou com inteira clareza, no âmbito do seu processo de discussão e aprovação, o pleno comprometimento dos partidos da política de direita – PSD, CDS e PS – na imposição de opções que degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, afundam o país no plano económico e social, hipotecam o futuro de Portugal. A antecipada declaração do PS de disponibilidade para viabilizar a proposta do governo em todas as circunstâncias e independentemente do seu conteúdo – que a lamentável farsa sobre a «folga orçamental» para falsas soluções com que procurou iludir a sua identificação com a maioria PSD e CDS só tornou mais evidente – revela, não apenas o declarado empenho em dar concretização ao Pacto de Agressão, como deita por terra a intensa campanha de mistificação que procurou animar sobre a interrupção da sua governação e o alegado regresso ao poder da “direita” e sobre a natureza e objectivos dos PEC da sua responsabilidade.

O agravamento da exploração – eixo central da política que está em curso – tem, no ataque aos direitos dos trabalhadores e no processo de revisão da legislação laboral, um elemento crucial com vista a assegurar os mecanismos e instrumentos indispensáveis para a máxima acumulação do lucro pelo capital.

À já concretizada alteração do regime de indemnizações para os novos contratos, governo e grande patronato prosseguem agora o objectivo de assegurar a facilitação dos despedimentos, impor alterações ao horário de trabalho, quer pelo seu alargamento quer pela sua desregulação, atacar e pôr em causa o direito à contratação colectiva. Medidas que sob a capa encobridora da chamada «concertação social» andam a par das intenções de impor uma redução real de salários e de alargar aos trabalhadores do sector privado o roubo dos subsídios de férias e de natal.

Outro exemplo claro e inequívoco da opção deste governo é a tentativa de impor aos trabalhadores do sector privado mais meia hora de trabalho diário (2 horas e meia por semana), para alegadamente aumentar a competitividade das empresas portuguesas. Esta medida, a concretizar-se, representaria mais um roubo aos trabalhadores que passariam a trabalhar “de borla” mais 20 dias por ano, o que significa que cerca de 7 mil milhões de euros passariam de mão beijada para os bolsos dos patrões. Mas o mais significativo da proposta entre na AR é que o empregador pode determiná-la unilateralmente.

O 1º de Maio nasceu, em 1886, da luta dos trabalhadores pelas 8 horas de trabalho diário. Esta medida, nada tem de modernidade nem visa aumentar a competitividade das empresas. Cheira a bafio e visa tão-só aumentar a exploração dos trabalhadores e irá aumentar ainda mais a taxa de desemprego do país

No concelho do Barreiro, também os trabalhadores da EMEF que continuam a ser visados pelas opções políticas dos vários governos. Foi assim no último trimestre de 2010 antecipando o OE/2011, facto que impediu as promoções previstas no Regulamento de Carreiras, mas também o vencimento de Diuturnidades constante no Acordo de Empresa. Hoje os mesmos trabalhadores estão confrontados com o congelamento e redução salarial, com o roubo dos subsídios de Férias e de Natal em 2012, mas também com a perspectiva de alteração da lei laboral no que diz respeito às indemnizações e ao subsídio de desemprego.

Os trabalhadores da EMEF/Barreiro têm sido alvo de transferências que não cumprem a lei, que prevê ser a empresa a assumir os custos das mesmas, o que não se verifica nos casos das transferências para Oeiras e Santa Apolónia. Trata-se de esvaziar um local de trabalho de forma marginal.

O Plano Estratégico Transportes não contém uma única página para a EMEF, o que desde logo gera desconfiança. Situação tanto mais gravosa quando verificamos o conteúdo do Plano de Acções da EMEF (2011/2015), onde a Administração põe em causa o futuro de diversos estabelecimentos oficiais. Em relação às oficinas do Barreiro é apontada como estratégia a saída de 126 trabalhadores até final de 2012. É mais uma medida que tem por único objectivo o encerramento do Pólo Ferroviário do Barreiro.

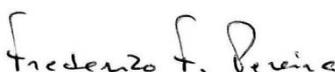
Na conjuntura actual é inaceitável o desaproveitamento da capacidade instalada que existe na EMEF/Barreiro, onde a mão-de-obra qualificada para as vertentes diesel e eléctrica, no âmbito quer da manutenção, quer da grande reparação. É pois irresponsável continuar a amputar o aparelho produtivo nacional, quando o mesmo deveria constituir mola dinamizadora, do emprego e da economia.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em sessão ordinária decide:

1. Saudar os milhões de trabalhadores que participaram na Greve Geral, todas as organizações representativas dos trabalhadores, os milhares de activistas, delegados e dirigentes sindicais que ergueram esta poderosa jornada de luta – com destaque para os piquetes de greve – reafirmando o seu carácter como movimento sindical unitário, independente, democrático, de classe e de massas. Uma força social imensa que é indispensável à construção de uma vida melhor, a um país de progresso e justiça social e parte determinante do processo de ruptura com a política de direita.
2. Saudar igualmente os milhares de manifestantes que se juntaram no dia da Greve Geral nas concentrações e desfiles promovidos pela CGTP-IN em vários pontos do país.
3. Saudar ainda os milhares de manifestantes que participaram no dia 30 de Novembro frente à Assembleia da República na acção de rejeição do Pacto de Agressão e de protesto contra a aprovação do Orçamento do Estado para 2012.
4. Exige o aproveitamento a capacidade instalada que existe na EMEF/Barreiro, onde a mão-de-obra qualificada para as vertentes diesel e eléctrica, no âmbito quer da manutenção, quer da grande reparação, respeitando os direitos dos trabalhadores de forma a esta unidade assuma um importante papel na dinamização do emprego e da economia local e nacional.

Aprovada por maioria com 21 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira